

Quem Tem o Direito de Narrar? Rap, Docência e a Construção Anticolonial da Memória Social

Philippe da Silveira Mendes¹

Vinícius Almeida da Silva²

Giovanni Codeça da Silva³

Elisa Goldman⁴

Josianne Virote Laureano Balbino Thome⁵

Graduando do curso de Licenciatura em História (UVA), bolsista do PIBID/CAPES, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, philipem2010@gmail.com

Graduando do curso de Licenciatura em História (UVA), bolsista do PIBID/CAPES, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, contatovinialmeida@gmail.com

Doutor e coordenador do curso de Licenciatura em História (UVA), Rio de Janeiro – RJ, Brasil, codecasilva@gmail.com

Doutora e professora da FAETEC, Rio de Janeiro – RJ, Brasil,

egoldman@uol.com.br

Professora do Centro de Educação de Jovens e adultos, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, jovirote@gmail.com

Resumo

O artigo analisa o rap e a docência como práticas sociais de construção da memória coletiva em contextos periféricos, compreendendo-as como ferramentas de resistência ao apagamento histórico e à colonialidade do saber. Parte-se da concepção de memória como campo de disputa atravessado por relações de poder. A análise do projeto Favela Vive evidencia o rap como prática de oralitura e arquivamento vivo das experiências da favela. Paralelamente, discute-se a docência como espaço estratégico de disputa narrativa, capaz de reconhecer os saberes dos estudantes como conhecimento legítimo e potencialmente anticolonial. Conclui-se que rap e docência operam como tecnologias sociais de produção de pertencimento, identidade e resistência.

Palavras-chave: Memória social; Rap; Docência; Oralitura; Colonialidade.

Introdução

A memória não é um depósito neutro do passado nem simples recordação individual. Ela constitui um campo social de disputas, atravessado por relações de poder, hierarquias epistêmicas e processos históricos de silenciamento. Mais do que lembrança, é prática política, pois define o que será reconhecido como história, quais experiências serão legitimadas como conhecimento e quem terá o direito de narrar a si mesmo. Em sociedades marcadas por



desigualdades estruturais, como a brasileira, a memória coletiva está profundamente ligada à colonialidade, ao racismo estrutural e à exclusão territorial.

Nos territórios periféricos urbanos, especialmente nas favelas, a memória social foi historicamente construída a partir de olhares externos. A narrativa dominante consolidou-se sob a lógica da criminalização e da carência, convertendo esses espaços em sinônimo de problema social. Tal construção responde a regimes de poder que organizam o campo do visível e do dizível. Como argumenta Michel Foucault, os discursos são produzidos e regulados por dispositivos que determinam quem pode falar e sob quais condições. A memória coletiva, assim, não resulta da soma espontânea de lembranças, mas de estruturas que estabilizam determinadas narrativas enquanto marginalizam outras.

A crítica anticolonial de Aimé Césaire evidencia que o colonialismo operou também no plano simbólico, hierarquizando saberes e impondo uma narrativa centrada na perspectiva dos vencedores. No Brasil, essa matriz permanece ativa nos currículos escolares, nos meios de comunicação e na própria organização da memória nacional. Experiências negras e periféricas seguem frequentemente silenciadas, transformando o esquecimento em política.

Diante desse cenário, emergem práticas que tensionam a ordem estabelecida da memória. Entre elas destacam-se o rap e a docência em contextos periféricos. Embora situadas em campos distintos, cultural e institucional, ambas atuam como tecnologias sociais de produção e transmissão da memória coletiva. O rap, especialmente no projeto Favela Vive, configura-se como prática de oralitura ao articular voz, corpo e território para inscrever experiências silenciadas no espaço público. Suas letras funcionam como arquivos vivos que denunciam violências e confrontam estigmas.

Essa dimensão dialoga com a reflexão de Chimamanda Ngozi Adichie sobre o perigo da história única. Ao monopolizar a narrativa sobre determinados territórios, produzem-se identidades reduzidas. O rap rompe essa lógica ao afirmar o direito de narrar a própria experiência. Paralelamente, a docência ocupa posição estratégica na disputa das narrativas. Conforme sustenta Paulo Freire, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Ao reconhecer memórias territoriais como conhecimento legítimo, a escola pode transformar-se em espaço de resistência.

Em diálogo com Achille Mbembe, pode-se afirmar que produzir memória nesses contextos é enfrentar formas contemporâneas de desumanização. Este artigo analisa o rap e a

docência como práticas de construção da memória social, compreendendo seu papel na produção de identidade e pertencimento. Disputar a memória é disputar o direito de existir simbolicamente e de inscrever a própria história no tempo coletivo.

Memória como campo de disputa

A memória não é um depósito neutro do passado nem simples recordação individual. Ela constitui um campo social de disputas, atravessado por relações de poder, hierarquias epistêmicas e processos históricos de silenciamento. Mais do que lembrança, é prática política, pois define o que será reconhecido como história, quais experiências serão legitimadas como conhecimento e quem terá o direito de narrar a si mesmo. Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, como a brasileira, a memória coletiva está profundamente vinculada à colonialidade, ao racismo estrutural e à exclusão territorial.

Nos territórios periféricos urbanos, especialmente nas favelas, a memória social foi historicamente construída a partir de olhares externos. A narrativa dominante consolidou-se sob a lógica da criminalização e da carência, convertendo esses espaços em sinônimo de problema social. Tal construção responde a regimes de poder que organizam o campo do visível e do dizível. Como argumenta Michel Foucault, os discursos são produzidos e regulados por dispositivos que determinam quem pode falar e sob quais condições. A memória coletiva, portanto, não resulta da soma espontânea de lembranças, mas de estruturas que estabilizam certas narrativas enquanto marginalizam outras.

A crítica anticolonial de Aimé Césaire evidencia que o colonialismo operou também no plano simbólico, hierarquizando saberes e impondo uma narrativa centrada na perspectiva dos vencedores. No Brasil, essa matriz permanece ativa nos currículos escolares, nos meios de comunicação e na própria organização da memória nacional. Experiências negras e periféricas seguem frequentemente silenciadas, transformando o esquecimento em política.

Diante desse cenário, emergem práticas que tensionam a ordem estabelecida da memória. Entre elas destacam-se o rap e a docência em contextos periféricos. Embora situadas em campos distintos, cultural e institucional, ambas atuam como tecnologias sociais de produção e transmissão da memória coletiva. O rap, especialmente no projeto Favela Vive, configura-se como prática de oralitura ao articular voz, corpo e território para inscrever experiências

silenciadas no espaço público. Suas letras funcionam como arquivos vivos que denunciam violências e confrontam estigmas.

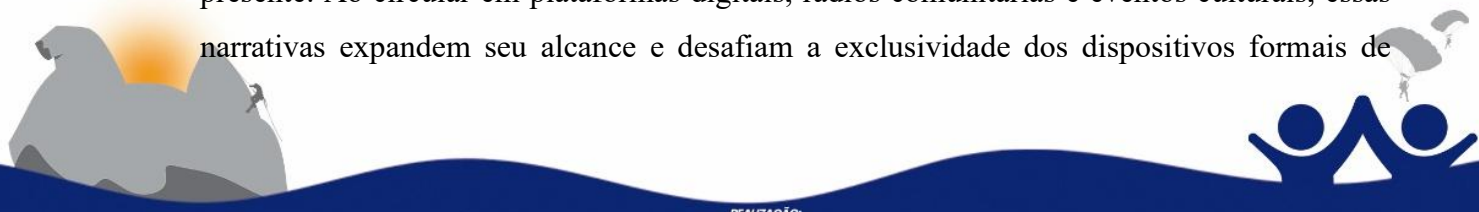
Essa dimensão dialoga com a reflexão de Chimamanda Ngozi Adichie sobre o perigo da história única. Ao monopolizar a narrativa sobre determinados territórios, produzem-se identidades reduzidas. O rap rompe essa lógica ao afirmar o direito de narrar a própria experiência. Paralelamente, a docência ocupa posição estratégica na disputa das narrativas. Conforme sustenta Paulo Freire, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Ao reconhecer memórias territoriais como conhecimento legítimo, a escola pode transformar-se em espaço de resistência.

Em diálogo com Achille Mbembe, pode-se afirmar que produzir memória nesses contextos é enfrentar formas contemporâneas de desumanização. Este artigo analisa o rap e a docência como práticas de construção da memória social, compreendendo seu papel na produção de identidade e pertencimento. Disputar a memória é disputar o direito de existir simbolicamente e de inscrever a própria história no tempo coletivo.

Rap como oralitura e tecnologia de memória

O rap, especialmente no projeto Favela Vive, opera como prática de oralitura ao articular voz, corpo, performance e território em uma mesma experiência estética e política. A oralitura não é apenas oralidade no sentido estrito da palavra falada, mas uma forma complexa de inscrição simbólica que envolve ritmo, presença corporal, espacialidade e memória coletiva. Nesse sentido, o rap não se limita a narrar acontecimentos, ele performa experiências e transforma vivências em registro público. Suas letras funcionam como arquivos vivos que preservam histórias frequentemente ausentes dos registros institucionais e das narrativas oficiais.

A noção de arquivo, quando aplicada ao rap, exige deslocamento conceitual. Diferentemente dos arquivos tradicionais organizados em documentos escritos e registros burocráticos, o rap constitui um arquivo dinâmico, transmitido pela voz e atualizado na performance. Cada apresentação reativa memórias coletivas e reinscreve experiências no presente. Ao circular em plataformas digitais, rádios comunitárias e eventos culturais, essas narrativas expandem seu alcance e desafiam a exclusividade dos dispositivos formais de



registro histórico. O que se produz não é apenas música, mas memória social em movimento.

No caso de Favela Vive, essa dimensão torna-se evidente na maneira como as letras nomeiam vítimas da violência estatal, denunciam ausências de políticas públicas e descrevem a organização espacial marcada por fronteiras invisíveis. Ao mencionar nomes próprios e eventos específicos, o rap impede que determinadas mortes sejam reduzidas a estatísticas. A nomeação é gesto político. Inscrever um nome em verso é retirar essa vida da condição de anonimato e devolvê-la ao campo do reconhecimento coletivo. A favela deixa de ser cenário abstrato de violência e passa a ser território habitado por sujeitos com história, trajetória e pertencimento.

Esse movimento produz deslocamento fundamental na ordem simbólica. Em vez de aceitar a posição de objeto narrado por discursos midiáticos e institucionais, a favela assume a condição de sujeito narrador. A experiência periférica deixa de ser interpretada exclusivamente por olhares externos e passa a ser enunciada por quem a vive. Trata-se de transformação no regime de produção da memória. Não é apenas denúncia estética, mas construção ativa de narrativa histórica.

A reflexão de Chimamanda Ngozi Adichie sobre a história única ilumina esse processo. Quando apenas uma versão dos fatos circula, os sujeitos envolvidos são reduzidos a estereótipos e a complexidade das experiências desaparece. A história única transforma territórios em caricaturas e pessoas em categorias fixas. O rap rompe essa lógica ao multiplicar perspectivas e afirmar o direito de narrar a própria experiência. Ao apresentar outras versões do cotidiano periférico, amplia o campo do dizível e questiona o monopólio narrativo que sustenta estigmatizações.

Além disso, o rap opera como tecnologia de memória ao articular temporalidades distintas. Ele conecta passado e presente, ancestralidade e cotidiano, denúncia e projeção de futuro. Ao evocar heranças históricas de exclusão racial e social, insere a experiência contemporânea da favela em continuidade histórica mais ampla. A memória deixa de ser fragmentada e passa a compor narrativa que reconhece processos estruturais. Essa articulação temporal contribui para fortalecer identidades coletivas, pois inscreve experiências individuais em trama histórica compartilhada.

Em diálogo com Achille Mbembe, pode-se compreender essa prática como enfrentamento às políticas de morte simbólica. Quando determinadas populações são

reiteradamente representadas como descartáveis ou ameaçadoras, suas histórias tendem a ser apagadas ou distorcidas. O rap reage a essa lógica ao afirmar a dignidade das vidas periféricas. Produzir memória, nesse contexto, é afirmar existência. A inscrição simbólica torna-se forma de resistência diante de estruturas que operam pela exclusão.

A dimensão performática do rap também desempenha papel decisivo nesse processo. A presença corporal do artista no palco, a interação com o público e a ocupação de espaços urbanos configuram atos de reinscrição territorial. A palavra cantada não permanece restrita ao texto, ela ganha corpo e reverbera no espaço. Essa materialidade da performance reforça o caráter coletivo da memória produzida. O público não é apenas receptor passivo, mas participa da atualização das narrativas ao reconhecer e compartilhar as experiências evocadas.

Além disso, o uso de recursos digitais amplia a circulação dessas memórias. Videoclipes, plataformas de streaming e redes sociais permitem que narrativas locais alcancem públicos diversos, ultrapassando fronteiras geográficas. Essa expansão não elimina o enraizamento territorial, mas o potencializa. O território permanece central como fonte de experiência, enquanto a circulação amplia o campo de reconhecimento.

Assim, compreender o rap como oralitura e tecnologia de memória implica reconhecer sua potência epistemológica. Ele não apenas expressa sentimentos individuais, mas organiza experiências coletivas e disputa sentidos históricos. Ao reinscrever vidas periféricas no campo da memória coletiva, desafia hierarquias epistêmicas e amplia possibilidades de pertencimento.

O rap, portanto, não pode ser reduzido a gênero musical ou entretenimento. Ele constitui prática social que produz conhecimento, articula identidades e confronta silenciamentos. Ao transformar vivências em narrativa pública, contribui para reconfigurar a memória social e afirmar a favela como espaço de produção histórica. Disputar a memória por meio do rap é reivindicar o direito de existir simbolicamente, com voz própria e história reconhecida.

Docência e disputa das narrativas

Se o rap disputa a memória no espaço cultural, a docência ocupa posição estratégica no campo institucional. A escola é um dos principais suportes de estabilização da memória



social, pois organiza conteúdos, define marcos históricos, seleciona autores e legitima determinadas interpretações do passado como universais. Ao longo do tempo, essas escolhas estruturam a forma como gerações inteiras compreendem a história, a sociedade e a si mesmas. A instituição escolar não apenas transmite conhecimento, mas participa ativamente da produção da memória coletiva.

Essa centralidade torna a docência um espaço privilegiado de disputa. A escola pode reproduzir narrativas hegemônicas, reforçando visões consolidadas e silenciamentos históricos, ou pode tensioná-las, ampliando o campo do reconhecimento. Quando atua apenas como transmissora da história oficial, estabiliza versões que frequentemente privilegiam perspectivas eurocentradas e desconsideram experiências periféricas, negras e populares. Nesse caso, a memória ensinada confirma desigualdades e naturaliza hierarquias.

A análise de Michel Foucault sobre as instituições modernas contribui para compreender essa dimensão. Para o autor, as instituições não são neutras, mas organizam saberes e práticas que produzem sujeitos. A escola participa desse processo ao definir o que é conhecimento válido e ao disciplinar modos de pensar e interpretar o mundo. A seleção curricular é, portanto, gesto político. Ao escolher determinados conteúdos e excluir outros, a instituição delimita o horizonte simbólico disponível aos estudantes.

Quando a prática docente ignora os saberes territoriais e as vivências dos estudantes, reforça a colonialidade do saber. A experiência concreta dos sujeitos periféricos passa a ser vista como irrelevante ou inadequada para o espaço escolar. O conhecimento legítimo é aquele que vem de fora, frequentemente associado a referências distantes da realidade vivida pelos alunos. Essa desvalorização produz efeito duplo. De um lado, enfraquece o vínculo entre estudante e escola. De outro, reafirma a ideia de que determinados grupos não produzem conhecimento, apenas o recebem.

A crítica anticolonial de Aimé Césaire ajuda a iluminar esse processo ao evidenciar que a dominação colonial implicou também hierarquização epistêmica. A escola, quando não problematiza essa herança, tende a reproduzir a lógica que coloca saberes europeus no centro e experiências locais na periferia do conhecimento. A memória ensinada torna-se instrumento de continuidade dessa hierarquia.



Contudo, a docência também pode constituir-se como espaço de resistência. Ao reconhecer as experiências dos estudantes como conhecimento legítimo, a prática pedagógica desloca o eixo da autoridade epistêmica. Conforme afirma Paulo Freire, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Esse princípio rompe com a lógica bancária de educação e inaugura perspectiva dialógica na qual professor e aluno constroem conhecimento de forma compartilhada. O docente deixa de ocupar posição de mero transmissor de conteúdos prontos e passa a atuar como mediador de memórias e produtor de reconhecimento.

Essa mediação implica incorporar narrativas locais ao currículo. Significa abrir espaço para que histórias do território, movimentos culturais da comunidade e experiências cotidianas dos estudantes sejam tematizadas no processo educativo. Ao fazê-lo, a escola amplia o repertório de referências e reconhece a pluralidade de trajetórias que compõem a sociedade.

Valorizar trajetórias familiares e comunitárias também integra essa perspectiva. Ao convidar os alunos a refletirem sobre suas histórias, suas ancestralidades e seus contextos de vida, a docência contribui para fortalecer vínculos de pertencimento. A memória deixa de ser conteúdo distante e passa a ser vivência compartilhada. O estudante reconhece-se como sujeito histórico, não apenas como receptor de narrativas externas.

Problematicar discursos midiáticos e históricos oficiais constitui outra dimensão dessa prática. Ao analisar criticamente a forma como determinados territórios e grupos sociais são representados, a escola ensina a questionar naturalizações e estigmatizações. Esse exercício amplia a capacidade de leitura crítica do mundo e contribui para a formação de sujeitos capazes de identificar relações de poder na produção das narrativas.

Reconhecer o território como espaço de produção de saber é igualmente fundamental. A favela, a periferia, o bairro popular não são apenas cenários de carência, mas espaços de criação cultural, organização comunitária e elaboração de estratégias de sobrevivência. Quando a escola legitima essas experiências como conhecimento, rompe com a dicotomia entre centro e margem. A memória produzida no território passa a integrar o campo do saber reconhecido.



Nesse processo, a docência contribui para reconfigurar a relação entre memória e identidade. Ao ampliar as narrativas disponíveis no espaço escolar, oferece novos referenciais simbólicos para a constituição subjetiva dos estudantes. A identidade deixa de ser marcada exclusivamente por discursos de exclusão e passa a ser construída a partir de múltiplas referências que incluem resistência, criatividade e pertencimento.

Assim, a escola deixa de ser apenas aparelho disciplinar e passa a constituir-se como espaço de construção coletiva da memória. A prática docente, quando orientada por perspectiva crítica, transforma o currículo em campo de disputa narrativa. Não se trata de substituir uma história por outra, mas de reconhecer a pluralidade de vozes que compõem o tecido social.

A docência, portanto, ocupa lugar central na luta pelo direito de narrar. Ao tensionar hierarquias epistêmicas e reconhecer saberes marginalizados, participa ativamente da produção de memória social. Disputar a memória na escola é disputar os sentidos que orientam a formação das novas gerações. É afirmar que o conhecimento não é monopólio de poucos, mas construção coletiva que deve refletir a diversidade de experiências que compõem a sociedade.

Memória, território e construção de identidade

A memória, articulada ao território, participa diretamente da constituição da subjetividade. Não se trata apenas de um conjunto de recordações individuais associadas a lugares específicos, mas de uma trama simbólica que organiza sentidos, pertencimentos e modos de existir. O território não é mero espaço geográfico delimitado por coordenadas urbanas. Ele é atravessado por experiências, narrativas, conflitos e afetos que se sedimentam ao longo do tempo. A memória territorializada produz referências que orientam a maneira como os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos.



O sujeito não nasce com identidade pronta. Sua constituição ocorre na relação com o outro e com as narrativas disponíveis em seu meio social. A linguagem, os discursos e as histórias que circulam no espaço coletivo oferecem os significantes por meio dos quais cada indivíduo constrói sua autoimagem. A psicanálise de Jacques Lacan contribui para essa compreensão ao afirmar que o sujeito se constitui na relação com o Outro entendido como lugar da linguagem e da ordem simbólica. É nesse campo que se estruturam as identificações. Assim, a memória coletiva disponível no território influencia profundamente a formação subjetiva.

Quando um espaço como a favela é reiteradamente narrado pela ótica da criminalização, os sujeitos que nele habitam são interpelados por significantes negativos. A repetição de discursos que associam periferia à violência produz efeitos que ultrapassam a esfera midiática. Esses discursos tornam-se parte do ambiente simbólico no qual crianças e jovens crescem. A identidade, nesse contexto, corre o risco de ser construída a partir de imagens estigmatizadas que limitam horizontes de reconhecimento e pertencimento.

Essa dinâmica não ocorre de forma isolada. Ela integra estruturas mais amplas de poder e exclusão. A reflexão de Achille Mbembe sobre a gestão diferencial da vida ajuda a compreender como determinados territórios são convertidos em espaços de precarização permanente. A desumanização simbólica antecede e legitima a violência material. Quando a memória pública de um território se restringe à lógica da ameaça, reforça-se a ideia de que seus habitantes são vidas descartáveis. A construção identitária passa a ser atravessada por essa marca.

Contudo, a memória não é campo fechado. Ela pode ser reconfigurada por práticas que disputam sentidos. Quando o rap inscreve outras narrativas sobre o território e quando a docência reconhece as experiências locais como conhecimento legítimo, ocorre deslocamento na ordem simbólica. O território deixa de ser definido exclusivamente por discursos externos e passa a ser narrado por seus próprios sujeitos. Esse gesto altera as possibilidades de identificação.



O projeto Favela Vive exemplifica essa reconfiguração ao transformar vivências periféricas em narrativa pública. Ao nomear trajetórias, denunciar injustiças e afirmar pertencimentos, o rap amplia o repertório simbólico disponível aos moradores da favela. A memória deixa de ser marcada apenas pela dor e passa a incluir resistência, solidariedade e criatividade. Esse movimento fortalece identidades coletivas e produz senso de continuidade histórica.

A docência, por sua vez, desempenha papel decisivo ao legitimar essas narrativas no espaço institucional. Quando a escola incorpora histórias do território ao currículo e problematiza representações estigmatizantes, contribui para ampliar as possibilidades de identificação positiva. O estudante passa a reconhecer que sua experiência não é desvio, mas parte da história social. Essa mudança afeta a construção da autoestima e do pertencimento.

Memória e identidade são, portanto, dimensões inseparáveis. A memória coletiva fornece os referenciais simbólicos que orientam a autoimagem e a percepção do outro. Ao mesmo tempo, identidades em processo de afirmação influenciam quais memórias serão preservadas e transmitidas. Trata-se de movimento dinâmico no qual passado e presente se reconfiguram mutuamente.

A relação entre memória e território também envolve dimensão afetiva. Os lugares guardam marcas de experiências compartilhadas, celebrações, perdas e lutas. Essas marcas alimentam narrativas que atravessam gerações. Quando essas histórias são reconhecidas publicamente, fortalecem o sentimento de pertencimento. Quando são ignoradas ou distorcidas, produzem sensação de invisibilidade.

Compreender a memória como condição de existência simbólica significa reconhecer que o direito de narrar é também direito de existir. Ao construir memória coletiva, constroem-se identidades capazes de resistir à desumanização. A inscrição de experiências periféricas no campo público rompe com a lógica que reduz determinados territórios à ausência e reafirma a complexidade de suas trajetórias.

Assim, a disputa pela memória é também disputa pela identidade. Ao reconfigurar narrativas sobre o território, rap e docência ampliam o campo do reconhecimento e oferecem novas possibilidades de subjetivação. O sujeito que se reconhece em histórias de resistência e criação encontra base simbólica para afirmar sua existência. A memória deixa de ser apenas lembrança do que foi e torna-se fundamento do que pode vir a ser.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que o rap e a docência constituem práticas sociais centrais na produção e transmissão da memória coletiva em contextos periféricos. Longe de ocuparem posições marginais no campo cultural ou institucional, ambos se revelam espaços estratégicos de disputa simbólica, nos quais se confrontam narrativas, identidades e projetos de sociedade. Ao reconhecer a memória como campo de poder, torna-se possível compreender que essas práticas não apenas expressam experiências, mas intervêm ativamente na configuração do que será lembrado e legitimado como história.

O rap, por meio da oralitura, atua como arquivo vivo das experiências da favela. Ao nomear sujeitos, denunciar violências e inscrever o território no campo do discurso público, rompe com a lógica da história única e desafia o monopólio narrativo que historicamente reduziu a periferia a estigmas. Trata-se de produção de memória social que restitui complexidade às trajetórias coletivas e reinscreve vidas periféricas no espaço do reconhecimento.

A docência, por sua vez, ao reconhecer os saberes dos estudantes como conhecimento legítimo, pode tensionar as narrativas hegemônicas que estruturam o currículo e a memória escolar. Quando assume perspectiva crítica e dialógica, transforma a escola em espaço de disputa anticolonial, ampliando as possibilidades de pertencimento e identificação.

Rap e docência operam, assim, como tecnologias sociais de resistência. Produzem identidade, fortalecem vínculos comunitários e contribuem para o reconhecimento histórico de sujeitos frequentemente silenciados. A memória, nesse horizonte, não é herança passiva do passado, mas prática ativa de afirmação da existência. Disputar a memória é disputar o direito de existir simbolicamente, com voz, história e dignidade reconhecidas.

Referencial bibliográfica

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, Leda. *A cena em sombras*. Belo Horizonte: Mazza, 1997.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.